

poder infra

publicidade



Mudança em relatório da lei dos portos divide o setor

Alteração de última hora tira a obrigação dos terminais portuários em garantir a modicidade tarifária aos donos de cargas



publicidade



Projeto que atualiza a lei dos portos ainda será analisado pelo Congresso; na imagem, Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul

Eric Napoli

7.nov.2024 (quinta-feira) - 20h22

A Ceportos (Comissão de Juristas Para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias) enviou na 4ª feira (6.nov.2024) o relatório final para a atualização da lei dos portos ([lei 12.815 de 2013](#)), mas o documento foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira](#) (PP-AL), com uma alteração ante o texto apresentado no final do mês passado.

A mudança foi a substituição de “*garantia*” por “*estímulo*” à modicidade dos preços cobrados pelos terminais portuários aos donos de cargas. A troca dos termos causou incômodo aos usuários dos portos que temem uma escalada nos preços com a mudança. O texto ainda será debatido na Câmara dos Deputados e no Senado.

alertas grátis do Poder360

 OK

concordo com os [termos da LGPD](#).

INSCREVA-SE  INSCREVA-SE

A troca está no dispositivo 5 do capítulo 3 do anteprojeto de atualização da lei. No trecho que fala sobre as diretrizes e direções para atuação portuária, a versão antiga dizia: “*garantia da modicidade de preços praticados no setor, da qualidade ^{publicidade} e atividade*”

Na versão entregue ao presidente Lira, o mesmo trecho foi trocado para: *“estímulo a modicidade de preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários”*. Eis a [íntegra](#) (PDF – 594 kB).

Ao **Poder360**, o diretor-presidente da [Logística Brasil](#), André de Seixas, disse que o projeto apresentado à Câmara dos Deputados *“é um verdadeiro desprezo aos usuários dos portos”* e que lhes foram *“retirados seus direitos de ter modicidade de preços em um serviço que é de interesse público”*.

Segundo Seixas, a mudança no texto pode levar a um aumento dos custos das exportações e diminuir a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. O executivo afirmou que se reunirá com congressistas para tentar a derrubada da troca.

“É o olho grande dessas entidades de terminais; a ganância. Tínhamos um acordo para que o texto do Inciso II do Art. 3º da Lei 12.815/13 fosse mantido. Um acordo em nome do interesse público. Só que esse acordo foi quebrado aos 48 minutos do 2º tempo, na calada da noite. Prova disso é que, no relatório que ainda não tinha sido apresentado ao Presidente da Câmara, a garantia estava mantida. Até alguns membros do conselho de juristas que participaram deste trabalho se mostraram surpresos

publicidade

votação. Ou seja, alteram e fazem os ajustes sem comunicar a quem tem direito a voto”, disse Seixas.

Já o diretor-presidente da [ABTP](#) (Associação Brasileira de Terminais Portuários), Jesualdo da Silva, disse ao **Poder360** que não haverá alteração na cobrança e que o interesse dos terminais é manter o setor competitivo.

Jesualdo declarou que a mudança trata de uma correção dos termos técnicos, pois não cabe ao setor privado garantir a modicidade tarifária do serviço, mas sim a competitividade. A obrigação de garantir a modicidade é das autoridades portuárias na cobrança de tarifas.

“Escrever modicidade de preço é equívoco jurídico, na minha visão. Só isso. Mas, agora, não justifica essa celeuma toda, né? Porque lá está falando o estímulo”, disse Jesualdo. “Por quê? Porque, mesmo que a autoridade quisesse definir preço, ela não pode. Agora, quando ele fala estímulo ao preço, ou seja, ela tem que fazer coisas que levem aos preços baixarem. É fazer o quê? Aumentar a competitividade do setor”.

o Poder360 integra o  **The Trust Project**

publicidade

curtiu a reportagem? Compartilhe sua opinião 

apontar erros neste texto 

leia mais sobre

ABTP ANDRÉ DE SEIXAS ARTHUR LIRA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERMINAIS PORTUÁRIOS CEPORTOS

COMISSÃO DE JURISTAS PARA A REVISÃO LEGAL DA EXPLORAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

CONGRESSO INFRAESTRUTURA JESUALDO DA SILVA LEI DOS PORTOS

PORTOS SETOR PORTUÁRIO

recomendadas

“Missão dada por Lula fez o BNB crescer 40%”, diz Paulo Câmara

Canoa furada

Bolsonaro convoca congressistas para ato pró-anistia em 7 de maio

Lindbergh discutirá fim da jornada 6 X 1 com presidente da CCJ

Lupi irá ao Planalto para pedir demissão a Lula

PODER360 todos os dias no seu e-mail

Seu e-mail

ASSI

concordo com os termos da LGPD.



ASSINE O
PODER MONITOR

publicidade

O
POD

Quer

Poder Governo	Poder Empreendedor	Poder Mídia	Notícia sobre Poder
Anúncios do Governo	PoderData	Poder Vídeos	Visita Poder
Poder Congresso	Poder Agro	Nieman	Equip
Poder Economia	Poder Infográficos	Poder Pesquisas	Articu
Poder Justiça	Poder Eleições	Agregador de Pesquisas	Comc anunc
Poder Brasil	Poder Internacional	Políticos do Brasil	Drive
Poder Infra	Poder China	Eleições 2024 – resultados 2º turno	Poder
Poder Hoje	Poder Educação	Eleições 2024 – resultados 1º turno	Event Poder
Poder Flash	Poder Cultura	Eleições 2024 notícias	Poder
Poder Monitor	Poder Saúde	Eleições 2022 – resultados	Poder Conte Patro
Poder Gente	Poder Energia	Eleições 2022 notícias	Traba Poder
Poder Sports MKT	Poder Tech		Conte
Brasil à Frente	Poder Sustentável		Princi Editor

OPINIÃO E ANÁLISE

Opinião

Análise

Editorial

Opinião: Futuro Indicativo

VÍDEOS E PODCASTS

Poder360 no YouTube

Comerciais eleitorais 2022

Agenda da Semana

publicidade

Código Cond

Política Privac

Política Comp

Termo uso

Repre de m

Arqui Ferna Rodri

PodSonhar

Boleiros de Humanas

Poder Explica

Poder Reage

Lives do Prerrogativas

PARCERIAS E PROJETOS ESPECIAIS

Programa de Trainees 2025

Poder em Foco

Fronteiras do Pensamento

O custo do contrabando

A indústria e o futuro do Brasil

COMPARTILHE O PODER360



2025 © TODOS OS DIREITOS PODER360.

publicidade